

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Registro de Preço de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, por hora efetivamente trabalhada (hora/máquina), com disponibilização de operadores habilitados, destinados à execução de serviços de infraestrutura.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. A presente licitação tem por objeto a **Registro de preços de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, por hora efetivamente trabalhada (hora/máquina), com disponibilização de operadores habilitados, destinados à execução de serviços de infraestrutura urbana e rural no Município de Tarumã/SP**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	TRATOR ESTEIRA	H	1000	R\$ 325,52	R\$ 325.520,00
2	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	H	2100	R\$ 326,94	R\$ 686.574,00
3	ROLO COMPACTADOR	H	600	R\$ 177,51	R\$ 106.506,00
4	PÁ CARREGADEIRA	H	1000	R\$ 308,57	R\$ 308.570,00
TOTAL					R\$ 1.427.170,00

1.1.2. DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

1.1.2.1. TRATOR ESTEIRA



*FOTO 1 - MODELO DE REFERÊNCIA PARA ILUSTRAÇÃO: TRATOR ESTEIRA



1.1.2.1.1. Trator de esteira destinado à execução de serviços de terraplenagem pesada, abertura de vias, empurramento, espalhamento e nivelamento de solo, devendo possuir desempenho operacional compatível com atividades de infraestrutura urbana e rural.

1.1.2.1.2. Requisitos técnicos mínimos:

- a. Potência líquida mínima de aproximadamente 140 HP, compatível com serviços de terraplenagem de média a alta complexidade;
- b. Peso operacional mínimo de aproximadamente 14.000 kg, garantindo estabilidade e capacidade de empuxo;
- c. Lâmina frontal tipo PAT (Power Angle Tilt) ou equivalente, com capacidade adequada para movimentação de solo;
- d. Sistema de transmissão hidrostática ou powershift, em pleno funcionamento;
- e. Sistema hidráulico eficiente, sem vazamentos, apto a suportar operações contínuas;
- f. Material rodante (esteiras, roletes, correntes e sapatas) em boas condições de uso, sem desgaste excessivo que comprometa a operação;
- g. Cabine do operador com proteção ROPS/FOPS, garantindo segurança operacional;
- h. Equipamento com manutenção preventiva e corretiva em dia, em perfeito estado de conservação e funcionamento;

1.1.2.1.3. Requisitos operacionais:

- a. Disponibilidade para mobilização conforme demanda da Administração;
- b. Capacidade de operação contínua em diferentes tipos de terreno, inclusive em condições adversas;
- c. Adequação às normas de segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

1.1.2.1.4. Mão de obra:

- a. Operador devidamente habilitado, qualificado e com experiência comprovada na operação do equipamento;
- b. Responsabilidade integral da contratada quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários e de segurança do trabalho.

1.1.2.1.5. O equipamento deverá ser disponibilizado em condições plenas de operação, garantindo eficiência, produtividade e segurança na execução dos serviços demandados pela Administração Municipal.

1.1.2.2. ESCAVADEIRA HIDRÁULICA





**FOTO 2 - MODELO DE REFERÊNCIA PARA ILUSTRAÇÃO: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA*

1.1.2.2.1. Escavadeira hidráulica destinada à execução de serviços de escavação de valas, drenagem, carregamento, desassoreamento e movimentação de materiais, devendo apresentar desempenho operacional compatível com atividades de infraestrutura urbana e rural.

1.1.2.2.2. Requisitos técnicos mínimos:

- a. Peso operacional mínimo de aproximadamente 20.000 kg, adequado para escavações médias e pesadas;
- b. Potência mínima compatível com a categoria do equipamento, garantindo eficiência nas operações contínuas;
- c. Caçamba com capacidade mínima entre 0,8 m³ e 1,2 m³, adequada para serviços de escavação e carregamento;
- d. Profundidade de escavação compatível com atividades de drenagem e infraestrutura;
- e. Sistema hidráulico em perfeito funcionamento, sem vazamentos, com força e precisão adequadas;
- f. Giro de cabine de 360°, com estabilidade operacional;
- g. Cabine fechada, com proteção ROPS/FOPS e condições adequadas de ergonomia e segurança ao operador;
- h. Equipamento em perfeito estado de conservação, manutenção preventiva e corretiva em dia;

1.1.2.2.3. Requisitos operacionais:

- a. Capacidade de operação contínua em diferentes tipos de solo e condições de terreno;
- b. Disponibilidade para mobilização conforme demanda da Administração;
- c. Adequação às normas de segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

1.1.2.2.4. Mão de obra:



- a. Operador devidamente habilitado, qualificado e com experiência comprovada na operação de escavadeira hidráulica;
- b. Responsabilidade integral da contratada quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários e de segurança do trabalho.

1.1.2.3. **ROLO COMPACTADOR "PÉ DE CABRA"**



**FOTO 3 - MODELO DE REFERÊNCIA PARA ILUSTRAÇÃO: ROLO COMPACTADOR "PÉ DE CABRA"*

1.1.2.3.1. Rolo compactador tipo "pé de cabra", destinado à execução de serviços de compactação de solos argilosos em camadas estruturais, especialmente em obras de terraplenagem, pavimentação e conformação de base, devendo apresentar desempenho operacional compatível com atividades de infraestrutura urbana e rural.

1.1.2.3.2. **Requisitos técnicos mínimos:**

- a. Peso operacional mínimo de aproximadamente 10.000 kg, adequado para compactação estrutural de solos;
- b. Tambor com patas ("pé de cabra") apropriado para compactação de solos coesivos;
- c. Sistema vibratório funcional, com capacidade de operação contínua e eficiente;
- d. Frequência e amplitude de vibração compatíveis com serviços de compactação de base e sub-base;
- e. Sistema de tração eficiente, garantindo deslocamento e desempenho em terrenos irregulares;
- f. Cabine com proteção ROPS/FOPS, assegurando condições adequadas de segurança ao operador;
- g. Equipamento em perfeito estado de conservação, com manutenção preventiva e corretiva em dia;

1.1.2.3.3. **Requisitos operacionais:**

- a. Capacidade de operação contínua em obras de infraestrutura urbana e rural;



- b. Disponibilidade para mobilização conforme demanda da Administração;
- c. Atendimento às normas de segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

1.1.2.3.4. Mão de obra:

- a. Operador devidamente habilitado, qualificado e com experiência comprovada na operação do equipamento;
- b. Responsabilidade integral da contratada quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários e de segurança do trabalho.
- c. O equipamento deverá ser disponibilizado em plenas condições de uso, garantindo eficiência na compactação, qualidade estrutural das camadas executadas e segurança na operação.

1.1.2.4. PÁ CARREGADEIRA



**FOTO 4 - MODELO DE REFERÊNCIA PARA ILUSTRAÇÃO: PÁ CARREGADEIRA*

1.1.2.4.1. Pá carregadeira destinada à execução de serviços de carregamento de materiais, movimentação de solo, agregados e insumos, bem como apoio logístico às frentes de trabalho, devendo apresentar desempenho operacional compatível com atividades de infraestrutura urbana e rural.

1.1.2.4.2. Requisitos técnicos mínimos:

- a. Peso operacional mínimo de aproximadamente 10.000 kg;
- b. Potência mínima compatível com a categoria, assegurando desempenho adequado nas operações;
- c. Concha (caçamba) com capacidade mínima entre 1,5 m³ e 2,5 m³, em boas condições de uso, sem deformações ou desgastes excessivos;
- d. Sistema hidráulico eficiente, em perfeito funcionamento, sem vazamentos;



- e. Sistema de transmissão funcional, adequado para operações de carga e deslocamento;
- f. Pneus em bom estado de conservação, garantindo aderência e segurança;
- g. Cabine do operador com proteção ROPS/FOPS e condições adequadas de ergonomia;
- h. Equipamento em perfeito estado de conservação, com manutenção preventiva e corretiva em dia;

1.1.2.4.3. Requisitos operacionais:

- a. Capacidade de operação contínua em diferentes tipos de terreno e condições de trabalho;
- b. Disponibilidade para mobilização conforme demanda da Administração;
- c. Atendimento às normas de segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

1.1.2.4.4. Mão de obra:

- a. Operador devidamente habilitado, qualificado e com experiência comprovada na operação de pá carregadeira;
- b. Responsabilidade integral da contratada quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários e de segurança do trabalho.

1.1.2.4.5. O equipamento deverá ser disponibilizado em plenas condições de uso, garantindo eficiência no carregamento, agilidade nas operações logísticas e segurança na execução dos serviços.

1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. A solução a ser adotada deverá atender a requisitos técnicos, operacionais e administrativos mínimos, necessários para garantir a adequada execução dos serviços, a



segurança das operações e a eficiência no atendimento das demandas da Administração Pública.

4.2. Requisitos Técnicos dos Equipamentos

- 4.2.1. Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, aptos à execução dos serviços a que se destinam;
- 4.2.2. Deverão atender às especificações técnicas mínimas compatíveis com as atividades de infraestrutura urbana e rural, tais como potência, capacidade operacional e desempenho adequado, conforme detalhamento neste instrumento;
- 4.2.3. Não será admitido o uso de equipamentos que apresentem desgaste excessivo que comprometa a execução dos serviços;
- 4.2.4. Os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas expedidas por órgãos reguladores e fabricantes.

4.3. Requisitos Operacionais

- 4.3.1. Disponibilização dos equipamentos sob demanda, conforme emissão de ordens de serviço pela Administração;
- 4.3.2. Cumprimento dos prazos de mobilização definidos, garantindo a continuidade dos serviços públicos;
- 4.3.3. Disponibilidade compatível com a necessidade operacional da Administração, inclusive em situações emergenciais;
- 4.3.4. Execução dos serviços nos locais indicados pela Administração, tanto em área urbana quanto rural.

4.4. Requisitos Relativos à Mão de Obra

- 4.4.1. Fornecimento de operadores devidamente habilitados, qualificados e treinados, com comprovação de aptidão para operação dos equipamentos;
- 4.4.2. Observância integral da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho;
- 4.4.3. Responsabilidade integral da contratada pelos encargos decorrentes da execução dos serviços.

4.5. Requisitos de Manutenção e Responsabilidade Técnica

- 4.5.1. Realização de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração;
- 4.5.2. Substituição imediata do equipamento em caso de falha, de modo a não comprometer a execução dos serviços;
- 4.5.3. Responsabilidade da contratada por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

4.6. Requisitos de Segurança e Regularidade



4.6.1. Atendimento às normas de segurança do trabalho, incluindo fornecimento e uso de EPIs;

4.6.2. Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, conforme legislação vigente, bem como apresentação de atestado de capacidade técnica para comprovação de eficiência anterior;

4.6.3. Manutenção de seguro dos equipamentos e, quando cabível, seguro de responsabilidade civil.

4.7. Requisitos de Medição e Controle

4.7.1. A medição dos serviços deverá ser realizada com base nas horas efetivamente trabalhadas, devidamente registradas e atestadas por servidor designado;

4.7.2. A contratada deverá disponibilizar meios de controle e rastreabilidade da execução dos serviços, garantindo transparência e confiabilidade das informações.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. A presente licitação será realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza comum dos serviços e da necessidade de contratações futuras conforme demanda da Administração Municipal.

5.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, considerando o valor da hora/máquina, assegurando a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.3. O modo de disputa será o aberto e fechado, nos termos da legislação vigente, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, seguidos de fase de lance final fechado, conforme regras estabelecidas no edital.

5.4. A adjudicação será realizada por item, tendo em vista a possibilidade de fornecimento independente dos diferentes tipos de equipamentos, permitindo maior participação de licitantes e observância ao princípio da competitividade.

5.5. Poderão participar do certame pessoas jurídicas que atendam às condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme exigências estabelecidas no edital.

5.6. Será admitida a formação de cadastro reserva, nos termos da legislação vigente, para registro de fornecedores remanescentes, visando garantir maior segurança na execução das contratações decorrentes da ata.

5.7. A licitação observará, ainda, os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, eficiência, economicidade e interesse público, bem como as disposições específicas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

5.8. Serão desclassificadas as propostas que:

I – apresentarem valores superiores ao orçamento estimado pela Administração;

II – forem consideradas inexequíveis, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

6.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob regime de preço unitário, por hora efetivamente trabalhada, mediante locação de máquinas por hora efetivamente trabalhada (hora/máquina), conforme demanda da Administração Municipal.

6.2. Os serviços serão realizados de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço pela contratante, nas quais constarão, no mínimo, a identificação do equipamento, local de execução, prazo para mobilização, estimativa de horas e demais condições operacionais.

6.2.1. Cada Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo:

I – identificação do equipamento;

II – local de execução;

III – tipo de serviço a ser executado;

IV – estimativa de horas de utilização;

V – prazo para mobilização;

VI – identificação do responsável técnico ou servidor designado pela Administração para acompanhamento da execução.

6.3. O prazo para início da execução dos serviços será de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço, salvo situações devidamente justificadas e aceitas pela Administração, especialmente em casos de maior complexidade operacional ou indisponibilidade momentânea devidamente comprovada.

6.3.1. O descumprimento do prazo de mobilização sujeitará a contratada à aplicação de penalidades, na forma prevista no contrato e na legislação vigente.

6.4. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos solicitados em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, bem como fornecer operadores devidamente habilitados e qualificados, responsabilizando-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais.

6.5. A mobilização dos equipamentos deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido pela Administração, garantindo o atendimento tempestivo das demandas, inclusive em situações emergenciais.

6.6. A execução dos serviços abrangerá atividades de infraestrutura urbana e rural, tais como terraplenagem, manutenção de vias públicas e estradas vicinais, compactação de solo, escavações, movimentação de materiais e apoio operacional, conforme necessidade da Administração.

6.7. A medição dos serviços será realizada com base nas horas efetivamente trabalhadas, devendo ser comprovada mediante:

I – registro de horímetro do equipamento, quando disponível;

II – relatórios diários de execução;

III – ateste do fiscal do contrato;

IV – registro fotográfico das atividades realizadas;



V – georreferenciamento dos serviços executados, quando aplicável.

6.7.1. A ausência de qualquer dos elementos de comprovação poderá ensejar glosa parcial ou total da medição.

6.7.2. Não serão computadas, para fins de medição e pagamento, horas improdutivas decorrentes de falhas mecânicas, ausência de operador, atrasos ou quaisquer outros fatores imputáveis à contratada.

6.8. A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, devendo assegurar sua plena operacionalidade durante toda a execução contratual, bem como promover a substituição imediata em caso de falha ou indisponibilidade, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

6.8.1. Em caso de falha ou indisponibilidade do equipamento, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da continuidade dos serviços e sem ônus adicional para a Administração.

6.9. Os serviços poderão ser executados em áreas urbanas e rurais do Município, devendo a contratada arcar com todos os custos de deslocamento.

6.10. A execução deverá observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, legislação ambiental aplicável e demais regulamentos pertinentes, sendo de responsabilidade da contratada a adoção de todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes e mitigação de impactos ambientais.

6.10.1. A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução dos serviços, devendo promover, às suas expensas, a imediata reparação dos danos causados, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

6.11. A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor designado pela Administração, ao qual competirá acompanhar, controlar e atestar a execução dos serviços, podendo solicitar ajustes, correções e substituições sempre que necessário ao fiel cumprimento do contrato.

6.12. **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

6.12.1. **Obrigações da Contratada**

6.12.1.1. A CONTRATADA obriga-se a:

I – disponibilizar os equipamentos em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

II – fornecer operadores devidamente habilitados, qualificados e treinados, responsabilizando-se integralmente por sua conduta durante a execução dos serviços;

III – cumprir rigorosamente os prazos de mobilização e execução estabelecidos nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração;



- IV – executar os serviços com observância às normas técnicas aplicáveis, às normas de segurança do trabalho e à legislação ambiental vigente;
- V – realizar, às suas expensas, toda a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, garantindo sua plena operacionalidade durante a execução contratual;
- VI – substituir, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, qualquer equipamento que apresente falha, defeito ou desempenho insatisfatório;
- VII – arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, mobilização, combustível, manutenção, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e securitários;
- VIII – manter atualizada toda a documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e jurídica durante a vigência da contratação;
- IX – responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, inclusive danos ambientais;
- X – manter sistema de controle e registro das horas trabalhadas, garantindo a rastreabilidade e a veracidade das informações apresentadas para fins de medição;
- XI – apresentar relatórios de execução sempre que solicitado pela Administração, contendo informações detalhadas sobre os serviços realizados;
- XII – atender prontamente às determinações da fiscalização do contrato, prestando os esclarecimentos necessários e promovendo os ajustes exigidos;
- XIII – garantir a substituição imediata de operadores quando constatada inadequação técnica ou conduta incompatível com a execução dos serviços;
- XIV – manter seguro dos equipamentos e, quando aplicável, seguro de responsabilidade civil, durante toda a execução contratual.

6.12.2. Obrigações da Contratante

6.12.2.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- I – emitir as Ordens de Serviço contendo todas as informações necessárias à execução dos serviços, com clareza e antecedência compatível com o prazo de mobilização;
- II – disponibilizar à contratada o acesso aos locais de execução dos serviços, assegurando as condições necessárias para o início das atividades;
- III – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente, assegurando o adequado acompanhamento da execução;
- IV – acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- V – atestar as medições dos serviços executados, desde que comprovada sua conformidade com as condições contratuais;
- VI – efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;



- VII – comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, concedendo prazo para sua regularização;
- VIII – aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- IX – fornecer informações e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, sempre que solicitado pela contratada;
- X – zelar pela adequada coordenação das atividades nos locais de execução, evitando interferências indevidas que possam comprometer a produtividade dos serviços;
- XI – manter registro formal das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. A gestão do contrato será realizada pela Administração Municipal, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual.

7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos servidores:

7.2.1. Fica designado como Gestor do Contrato o servidor **VALDECIR FRANCISCO APARECIDO ALMEIDA**, ocupante do cargo de **SUPERVISOR DE PROGRAMAS**.

7.2.2. Fica designado como Fiscal do Contrato o servidor **APARECIDO SIQUEIRA**, ocupante do cargo de **SUPERVISOR DE PROGRAMAS**.

7.3. Gestor do contrato

7.3.1. O gestor do contrato será o responsável pelo gerenciamento administrativo da contratação, competindo-lhe:

7.3.1.1. acompanhar a execução contratual sob o aspecto administrativo;

7.3.1.2. coordenar a atuação do fiscal do contrato;

7.3.1.3. verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;

7.3.1.4. analisar solicitações de prorrogação, reajuste ou alterações contratuais, quando cabíveis;

7.3.1.5. promover o registro de ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato;

7.3.1.6. adotar providências administrativas necessárias em caso de descumprimento contratual.

7.4. Fiscal do contrato

7.4.1. O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento técnico da execução dos serviços, cabendo-lhe:



- 7.4.1.1. acompanhar a execução dos serviços objeto da contratação;
- 7.4.1.2. verificar a conformidade das atividades executadas com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- 7.4.1.3. conferir e validar os registros de horas trabalhadas;
- 7.4.1.4. registrar ocorrências, inconformidades ou atrasos na execução contratual;
- 7.4.1.5. solicitar esclarecimentos e ajustes à contratada, quando necessário;
- 7.4.1.6. atestar a execução dos serviços para fins de medição e pagamento.

7.5. Instrumentos de acompanhamento

7.5.1. Para fins de controle e acompanhamento da execução contratual, poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

- 7.5.1.1. relatórios operacionais apresentados pela contratada;
- 7.5.1.2. registros de execução dos serviços nos locais de atuação;
- 7.5.1.3. ordens de serviço emitidas pela Administração;
- 7.5.1.4. registros formais de comunicação entre as partes.

7.6. Comunicação entre as partes

7.6.1. Toda comunicação relevante entre a Administração e a contratada deverá ocorrer preferencialmente por meio formal, podendo ser realizada por:

- 7.6.1.1. ofício;
- 7.6.1.2. correio eletrônico institucional;
- 7.6.1.3. registros em sistema administrativo utilizado pela Administração.

7.7. Registro de ocorrências

7.7.1. Eventuais irregularidades, atrasos ou descumprimentos contratuais deverão ser registrados pela fiscalização do contrato e comunicados ao gestor do contrato para adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

7.8. Medição e recebimento dos serviços

7.8.1. A medição dos serviços será realizada com base nas horas efetivamente trabalhadas, devidamente registradas e atestadas pelo fiscal do contrato.

7.8.2. O recebimento dos serviços ocorrerá de forma mensal ou conforme periodicidade definida pela Administração, após a verificação da regular execução e conformidade com as ordens de serviço emitidas.

7.8.3. O ateste do fiscal do contrato constitui condição para o pagamento, devendo ser precedido da validação das informações apresentadas pela contratada.

7.9. Indicadores de Desempenho da Contratação



7.9.1. Com o objetivo de permitir a mensuração objetiva dos resultados da contratação e subsidiar a atuação da fiscalização contratual, ficam estabelecidos os seguintes indicadores de desempenho:

I – Prazo de Atendimento às Ordens de Serviço (PAOS)

Descrição: mede o percentual de Ordens de Serviço atendidas dentro do prazo máximo estabelecido.

Fórmula: $PAOS = (\text{nº de OS atendidas no prazo} / \text{nº total de OS emitidas}) \times 100$

Meta: mínimo de 85% dos atendimentos realizados em até 48 (quarenta e oito) horas, salvo justificativa aceita pela Administração.

Fonte de verificação: Ordens de Serviço e registros de início da execução.

II – Índice de Disponibilidade dos Equipamentos (IDE)

Descrição: mede o percentual de tempo em que os equipamentos permanecem disponíveis para operação.

Fórmula: $IDE = (\text{horas disponíveis} / \text{horas demandadas}) \times 100$

Meta: mínimo de 92%.

Fonte de verificação: relatórios operacionais, registros de horímetro e apontamentos da fiscalização.

III – Índice de Substituição por Falha (ISF)

Descrição: mede a frequência de substituição de equipamentos por falha ou indisponibilidade.

Fórmula: $ISF = (\text{nº de substituições por falha} / \text{nº total de Ordens de Serviço}) \times 100$

Meta: máximo de 5%.

Fonte de verificação: registros de ocorrência e relatórios da fiscalização.

IV – Índice de Conformidade na Execução dos Serviços (ICES)

Descrição: mede o percentual de serviços executados sem necessidade de retrabalho ou correção técnica.

Fórmula: $ICES = (\text{serviços aceitos sem ressalva} / \text{total de serviços executados}) \times 100$

Meta: mínimo de 98%.

Fonte de verificação: relatórios de medição e atestes do fiscal do contrato.

V – Índice de Glosas Contratuais (IGC)

Descrição: mede o percentual de valores glosados em relação ao total medido, em razão de falhas ou inconsistências.

Fórmula: $IGC = (\text{valor glosado} / \text{valor total medido}) \times 100$

Meta: máximo de 3%.



Fonte de verificação: medições mensais e registros financeiros da execução contratual.

7.9.2. Apuração e efeitos

7.9.2.1. Os indicadores serão apurados mensalmente pelo fiscal do contrato, com base nos registros de execução, relatórios operacionais, medições e demais documentos comprobatórios.

7.9.2.2. O desempenho da contratada será avaliado de forma global, considerando o conjunto dos indicadores.

7.9.2.3. O descumprimento reiterado das metas estabelecidas poderá ensejar, conforme a gravidade e a reincidência:

- aplicação de sanções administrativas;
- glosa de valores nas medições, quando cabível;
- determinação de medidas corretivas;
- recomendação de rescisão contratual.

7.9.2.4. A contratada deverá adotar medidas corretivas imediatas sempre que identificado desempenho inferior aos parâmetros estabelecidos.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato ou servidor designado pela Administração, mediante a conferência dos relatórios de execução e da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para fins de verificação preliminar quanto à conformidade com as Ordens de Serviço emitidas e com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.2. Caso os serviços executados ou os registros apresentados estejam em desacordo com as condições estabelecidas, apresentem inconsistências ou divergências quanto às horas trabalhadas, a Administração poderá rejeitá-los, no todo ou em parte, devendo a contratada promover os ajustes necessários no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação, sem ônus adicional e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, após a verificação da conformidade dos serviços executados, das horas trabalhadas e do atendimento integral das exigências contratuais.

8.1.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa da Administração, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição da execução dos serviços.

8.1.5. Na hipótese de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à quantidade de horas trabalhadas, qualidade dos serviços ou disponibilidade dos



equipamentos, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração autorizar o pagamento da parcela incontroversa.

8.1.6. O prazo necessário para a correção de inconsistências na execução dos serviços ou para saneamento da documentação apresentada não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos serviços prestados, à adequada operação dos equipamentos e ao cumprimento das obrigações contratuais.

8.1.8. Todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo deslocamento dos equipamentos, transporte, combustível (quando aplicável), manutenção, tributos, encargos trabalhistas e demais custos operacionais, correrão por conta exclusiva da contratada, salvo disposição expressa em contrário.

8.1.9. Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços, indisponibilidade de equipamentos ou inconsistências nos registros de horas, a contratada deverá promover a regularização ou substituição imediata, sem custos adicionais para a Administração.

8.1.10. Uma vez notificada, a contratada deverá realizar as correções ou adequações necessárias no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo prazo diverso devidamente justificado e aceito pela Administração.

8.1.11. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada da contratada, desde que aceita pela Administração.

8.1.12. Eventuais custos decorrentes de correções, substituições de equipamentos, ajustes operacionais ou reexecução de serviços serão de responsabilidade exclusiva da contratada, quando decorrentes de falhas na execução contratual.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.2. Habilitação jurídica

9.2.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.2.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



9.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

9.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4. Qualificação Técnica

9.2.4.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

9.2.4.1.1. Considera-se pertinente e compatível a comprovação de prestação de serviços de locação de máquinas pesadas e/ou equipamentos similares, com operador, envolvendo atividades como terraplenagem, escavação, compactação de solo, movimentação de materiais ou serviços correlatos.

9.2.4.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante executou serviços com características semelhantes, em termos de natureza, complexidade operacional e quantitativos mínimos, admitida a soma de atestados para fins de comprovação.

9.2.4.2. A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais ou ordens de serviço.

9.2.4.3. A licitante deverá declarar que possui disponibilidade de equipamentos em quantidade e condições adequadas para atendimento da demanda, bem como capacidade operacional para mobilização no prazo estabelecido.

9.2.4.4. Deverá ser apresentada declaração de que a licitante dispõe ou disporá, no momento da execução contratual, de operadores devidamente habilitados e qualificados, em conformidade com a legislação vigente.



9.2.4.5. Como condição de habilitação, a contratada deverá apresentação de relação dos equipamentos disponíveis, contendo no mínimo: identificação, tipo, marca/modelo, ano de fabricação e estado de conservação, sem prejuízo de posterior verificação pela Administração.

9.2.4.6. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, admitindo-se, quando cabível, a utilização de documentos de matriz ou filial, conforme legislação aplicável.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.427.170,00 (Um Milhão Quatrocentos e Vinte e Sete mil Cento e Setenta Reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima, assim como no Mapa de Preços anexo do Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal requisitante, compatíveis com a natureza do objeto e com as ações voltadas à manutenção e melhoria da infraestrutura urbana e rural do Município.

11.2. A contratação encontra-se devidamente prevista nos instrumentos de planejamento orçamentário, em especial na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como em consonância com o Plano Plurianual (PPA), atendendo às diretrizes e metas da Administração Municipal.

11.3. Por se tratar de contratação a ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária específica será exigida no momento da formalização dos contratos ou instrumentos equivalentes dela decorrentes, conforme a efetiva necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária.

11.4. A Administração deverá observar, previamente à contratação, a existência de saldo orçamentário suficiente para fazer frente às despesas decorrentes, em conformidade com a legislação vigente, especialmente quanto às normas de responsabilidade fiscal.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa moratória de 0,5% por dia de atraso, limitada a 30% do valor do item;

III - multa compensatória por inexecução total ou parcial, de até 20% do valor contratado, conforme a gravidade da infração;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;



V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

12.2. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Tarumã, 24 de março de 2026.

Valdecir Francisco Aparecido Almeida
Supervisor de Programas

